

Notícias Africanas

O factor Winnie

EXPRESSO, 24.12.94

GRANDES interrogações sobre a futura direcção do ANC surgiram do seu Congresso, o primeiro desde que assumiu o poder na África do Sul, o qual teve lugar esta semana na capital judicial, Bloemfontein.

Os dirigentes partidários declararam que este Congresso, com a duração de cinco dias, foi um «triumfo», apontando para a unanimidade sobre as principais questões políticas, evidenciada pelos três mil delegados que participaram, e a ausência de divisões visíveis ou de confrontações.

Mas as negociações — muitas delas de bastidores, contrariando anteriores promessas de «governo aberto» e de «transparência» — suscitaram preocupações entre os comentadores, algumas girando à volta de Winnie, a ex-mulher de Nelson Mandela.

O Congresso iniciou-se no passado fim-de-semana, no meio de um novo escândalo relacionado com Winnie, acusada pela imprensa de estar metida em obscuros negócios de diamantes em Angola, envolvendo pelo menos um homem de negócios com cadastro criminal.

Apesar disso, Winnie Mandela surgiu em quinto lugar nas preferências dos delegados que a elegeram para o executivo nacional do ANC. Um seu apoiante, ex-dirigente de um bantustão, Bantu Holomisa, venceu a eleição. Outro dos seus aliados, Peter Mokaba — até há pouco tempo o líder da juventude do ANC, com reputação de agitador — surgiu em terceiro lugar.

Os resultados parecem indicar que Winnie Mandela — abraçada pelo ex-marido depois de anunciados os resultados — é praticamente «intocável» entre os líderes do ANC.

O fenómeno Ramaphosa

O «factor Winnie» pode ter um peso importante na questão do futuro do ANC: quem sucederá ao Presidente da África do Sul, agora com 76 anos? Os dois principais candidatos continuam a ser o vice-presidente Thabo Mbeki e o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa.

As hipóteses de Ramaphosa foram afastadas recentemente por comentadores locais, que especulam sobre o seu suposto desejo de se retirar da política. Mas tudo se complicou em Bloemfontein, tanto pela sua reeleição sem oposição para o lugar de secretário-geral como pela recepção extraordinariamente entusiástica que teve dos delegados — o que parece indicar que, graças à forma como cultiva o apoio das bases, continua a ser um potencial candidato à Presidência.

O «campo» de Ramaphosa também saiu fortalecido pela eleição de uma conhecida militante comunista, Cheryl Carolus, para o cargo de vice-secretário-geral — passando a ser a mulher mais altamente colocada nas estruturas do ANC.

Mas sabe-se que Ramaphosa é detestado por Winnie Mandela, que parece considerá-lo responsável pela sua humilhação pública devido ao papel desempenhado por ela no rapto de quatro jovens e na morte subsequente de um deles. Se ela vir que existe qualquer hipótese real de Ramaphosa vencer o seu candidato preferido, Mbeki, a luta poderá tornar-se muito dura.

Mandela antidemocrático

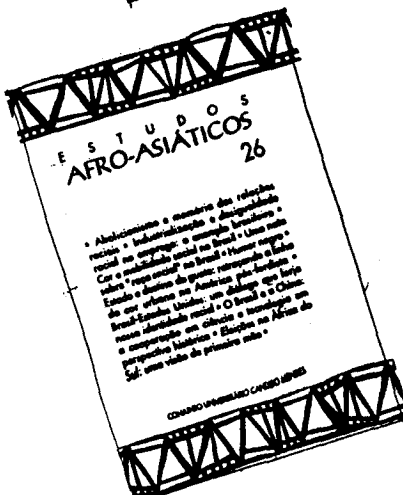
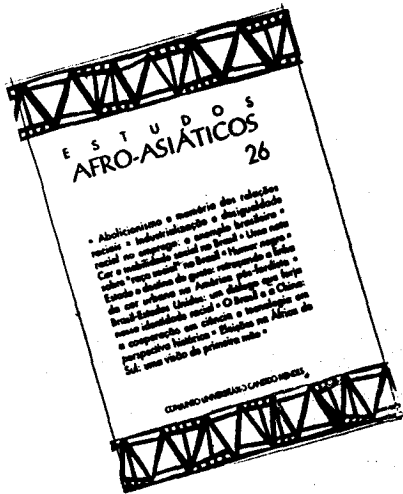
Um aspecto surpreendente do Congresso do ANC foi a afronta feita ao próprio Mandela numa questão de princípios democráticos. Uma iniciativa pessoal para a criação de uma comissão especial, destinada a escolher a liderança da organização, teve de ser abandonada perante a forte reacção de desagrado dos delegados.

A chamada Comissão Sisulu — um grupo de seis dirigentes encabeçado pelo amigo e assessor de Mandela, Walter Sisulu — deveria assumir a tarefa de elaborar uma lista de candidatos para o executivo nacional do ANC. Mas, depois de muitas reuniões, um grupo de líderes regionais enviou uma mensagem a Nelson Mandela avisando-o de que corria o risco de sofrer uma derrota humilhante se insistisse em submeter essa proposta a votação.

Consta que um dos mais destacados intelectuais do movimento, o ministro dos Correios e Telecomunicações Pallo Jordan, terá dito abertamente ao líder do ANC que a sua iniciativa fazia lembrar a forma como os dirigentes comunistas costumam iludir o processo democrático.

A tentativa de Mandela em criar a Comissão Sisulu reflecte uma inclinação talvez inevitável da liderança partidária — confrontada com enormes problemas inerentes à transformação social e frustrados pelas falhas do processo consultivo — de encurtar caminho, sacrificando os ideais democráticos em nome do «pragmatismo». Contudo, a reacção das bases abre a esperança de que a chama do idealismo continua a arder no seio do movimento de libertação favorito em todo o mundo.

DAVID BERESFORD,
enviado a Bloemfontein



A factura de Lusaca

PÚBLICO, 24.12.94

Depois de arrancado a ferros, o Acordo de Lusaca continua ser uma dor de cabeça para Angola. Agora, falta o dinheiro para aplicá-lo

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Luanda

A COBERTURA das despesas decorrentes da aplicação do acordo de Lusaca, orçadas em 1.200 milhões de dólares, para garantir o «orçamento extraordinário para a paz», está a transformar-se numa arrelviadora dor de cabeça para o primeiro-ministro de Angola. Marcolino Moco não sabe onde o seu Executivo vai arranjar essas verbas, depois do vice-governador do Banco Nacional de Angola, Paixão Júnior, ter revelado a existência de fundos públicos para cobrir tal operação, perante uma grave crise de confiança dos credores por má gestão financeira por parte de Angola.

Até lá, segundo apurou o EXPRESSO, nenhum investimento deverá ser priorizado antes do pleno atendimento deste orçamento, para cuja cobertura Luanda tenciona recorrer a operações de crédito externo e a doações da comunidade internacional a partir de uma mesa-redonda a realizar em Abril do próximo ano, visando mobilizar 800 milhões de dólares.

Como medida imediata, para já, o Governo vai despende 2 milhões de dólares para assegurar, através do Ministério da Defesa, a sua participação no processo de verificação e fiscalização de um cessar-fogo efectivo como condição «sine qua non» para Angola poder contar com o apoio da comunidade internacional.

Como garante de parte das suas enormes responsabilidades na implementação deste programa, o Executivo de Marcolino Moco pensa, entretanto, vir a dispor como principais fontes de financiamento das receitas

de petróleo, estimadas em 72 milhões de dólares, e doações dos fundos das Nações Unidas, que totalizam 120 milhões, para cobrir, nomeadamente, as despesas destinadas ao apoio de emergência à UNITA, construção e manutenção das áreas de aquartelamento das suas tropas e a programas de reinserção social.

O apetrechamento, incorporação militar e treino de novos efectivos para as Forças Armadas angolanas estão avaliados em 180 milhões de dólares, enquanto que os países doadores poderão vir a ser chamados a canalizar cerca de 50 milhões de dólares para cobrir o programa de desminagem dos país e um milhão de dólares para suportar o processo de libertação dos prisioneiros de guerra através da Cruz Vermelha Internacional.

«Desta vez, vamos ter de ser transparentes porque, de contrário, dificilmente arrecadaremos o dinheiro para a reconstrução das infra-estruturas ao nível militar e civil, que não ficam por menos de 500 milhões de dólares», disse um alto funcionário do Ministério da Defesa, ligado aos antigos serviços de inspecção das finanças, agastado com os sucessivos escândalos de corrupção tanto ao nível da administração central do Estado como da administração militar, que agora, só para as despesas de manutenção das operações de defesa, apresenta um orçamento de cerca de 180 milhões de dólares.

Recusar os «ghettos»

Se, entretanto, a instalação e a manutenção da comissão conjunta custarão cerca de um milhão e 500

mil dólares ou se o funcionamento da estrutura do Governo encarregue da gestão dos acordos de paz a ser dirigida por Faustino Muteka, que terá a categoria de ministro sem pasta, não ultrapassará os 2 milhões e 500 mil dólares, já a instalação e aquartelamento temporário das tropas da UNITA poderão absorver às Nações Unidas 180 milhões de dólares, dos quais 120 milhões destinar-se-ão exclusivamente aos militares e os restantes 60 milhões ao apoio de 350 mil familiares destes.

«Nem a UNITA se pode voltar a apartar de nós nem o Governo deve voltar a permitir a existência de novos «ghettos» políticos nos hotéis», disse ao EXPRESSO uma fonte do Ministério da Administração do Território, para justificar a disponibilização por parte do Governo de cerca de 40 milhões de dólares para suportar os gastos decorrentes da reinstalação e alojamento da UNITA, referentes, designadamente, à recuperação de sedes e residências para dirigentes, deputados e governantes e a transportes.

Os encargos relacionados com a reinstalação e reabilitação de infra-estruturas das FAA e recuperação de paióis de armamento estão avaliados em 51 milhões de dólares, mas Luanda espera obter junto da comunidade internacional apoios adicionais para assegurar financiamentos que permitam nestas áreas realizar investimentos na ordem dos 160 milhões de dólares.

Receoso, entretanto, que uma desmobilização desordenada, tanto das tropas do Governo como da UNITA possa vir a transformar-se num barril de pólvora, o executivo de Marcolino Moco prepara-se ainda para

tentar mobilizar junto da comunidade internacional cerca de 58 milhões de dólares para apoiar o enquadramento dos desmobilizados de guerra na vida civil.

«Esperemos que, desta vez, não voltemos a ser transformados em mendigos da paz», comentou ao EXPRESSO um oficial da UNITA, que aguarda pela sua vez para ser aquartelado na polícia, através de um programa de formação especial que incluirá mais de 5.500 homens da organização de Jonas Savimbi.

Especial deverá ser também a atribuição de uma verba de 15 milhões de dólares para se proceder ao desmantelamento de centenas de arsenais de armas, cuja proliferação por todo o país é hoje a principal responsável pelo elevado índice de criminalidade nas cidades angolanas.

No domínio diplomático, mesmo proclamando uma pretensa redução de gastos no exterior, a verdade é que Luanda dificilmente poderá evitar o dispêndio de cerca de 7 milhões de dólares para a abertura de novas embaixadas na Polónia, Canadá, Índia, México e Cabo Verde, que serão dirigidas por representantes da UNITA.

É certo que uma eventual disponibilização de todo este pacote para a cobertura do próximo orçamento poderia vir a transformar-se na galinha dos ovos de ouro do regime de Eduardo dos Santos, mas, como dizia um conhecido economista, será na arte de bem chocá-los que residirá a (i)moralidade de um estilo de governação esbanjador e corrupto que, em tempo de paz, não se sabe se será capaz de enfrentar o mortífero caudal de convulsões sociais que aí vem...

O fermento independentista

PÚBLICO, 24.12.94

A PORTA de casa, debruçado sobre o «capot» de uma sucata, Avelino Miguel era um homem amargurado e triste. No dia da assinatura dos acordos de Lusaca, Miguel fora fulminado com a notícia da morte de um primo, decapitado pelos guerrilheiros da FLEC numa sanzala de Belize, no interior de Cabinda.

Adolfo Zita, a vítima, era um comerciante local que se deslocava frequentemente à fronteira com o Congo onde obtinha produtos que eram depois vendidos em vários pontos da província. A retaliação preparada pelas tropas do Governo acabaria por ser abortada depois de Júlio Mavunza, o comandante das FAA que dirigia a operação, ter sido alertado pela população: do outro lado da barricada, quem estava à frente das tropas da FLEC era um seu meio-irmão.

«O sentimento da irmandade falou mais alto do que a vingança», salientou Cardoso Mavinga, referindo que casos desta natureza representam um verdadeiro drama para dezenas de cabindas separados por causas diferentes que dividem o Governo e a oposição armada na província mais ao norte de Angola.

A paz assinada «entre angolanos» deve aplicar-se a Cabinda. Mavinga não perdoa a Luanda o ostracismo a que foi votada. A província, cuja exploração de petróleo representa 90% das receitas externas do país, não beneficia dessa riqueza. «Por causa do desprezo a que fomos relegados, tem estado a aumentar de forma perigosa o fermento independentista entre a população», explica Antero Muanza, um funci-

onário público que, como milhares de outros, não conhece nenhuma outra província de Angola. Gaba-se de, num mesmo dia, poder tomar o pequeno almoço em Cabinda, almoçar no Zaire e jantar no Congo, lamentando o facto de não poder fazer nenhuma dessas refeições em Luanda. «Estamos mais ligados às zonas fronteiriças do Congo e do Zaire do que a Angola», afirmou.

Melhorias e independência

Por seu turno, Fernando José, natural de Bucu-Zau, trabalhador dos serviços da aeronáutica civil, manifestou-se revoltado com a existência de um «enclave» dentro do enclave de Cabinda, uma referência à Cabinda Gulf cujos funcionários usufruem benesses materiais que chegam a pôr a ridículo os salários de qualquer ministro angolano.

Com a gestão do actual governador, não falta, no entanto, quem afirme que a situação social sofreu uma reviravolta tão grande que até alguns dos seus contestatários mais radicais não deixam de reconhecer que ele fez, em dois anos e meio, mais do que o conjunto dos seus antecessores em 16 anos de independência. Francisco Taty, dez anos, já deixou de percorrer diariamente a pé dez a 15 quilómetros para ir às aulas, depois do governo local ter estendido a rede escolar a várias zonas periféricas da cidade; os estudantes do ensino secundário viram os seus problemas aliviados com a montagem de pavilhões pré-fabricados; a próxima aposta no domínio do ensino será a contratação em Portugal de professores de lín-

gua portuguesa; os cabindas beneficiam agora de um novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água; o número de viaturas para os quadros triplicou, a rede de centros hospitalares aumentou significativamente e, entre outros empreendimentos, a conclusão de um terminal oceânico, num investimento avaliado em 34 milhões de dólares, permitiu finalmente acabar com a aberração traduzida até aqui no facto de Cabinda, como principal produtor de petróleo angolano, ter estado todos estes anos com dificuldade de abastecimento de combustível...

Tudo isso, no entanto, está longe de satisfazer os anseios de certos sectores radicais de Cabinda que continuam desconfiados relativamente à política de Luanda. «Estamos à espera do diálogo prometido.» Quem o afirma, com cínica paciência, é o reverendo José Agostinho da Silva, presidente da Igreja Evangélica angolana, cuja sede é em Cabinda.

Zona franca

Por sua vez, do púlpito da sua paróquia, o padre Jorge Congo deixa um recado mais claro: «Estamos cansados do colonialismo angolano.» Antigo guerrilheiro da FLEC, Congo é um sacerdote radical. «A Igreja Católica de Cabinda entende a autonomia como uma etapa de transição para a independência, que será apenas um processo mas nunca um fim para as aspirações dos cabindas.» O padre Congo não esconde a sua oposição a certos bispos de Angola, que «chegaram a induzir o Papa em erro» quanto à posição

dos católicos em relação ao problema de Cabinda. E não hesita em anunciar a proclamação da associação dos independentistas de Cabinda cujo pedido de legalização foi entretanto rejeitado pelo governador local, por contrariar a Constituição.

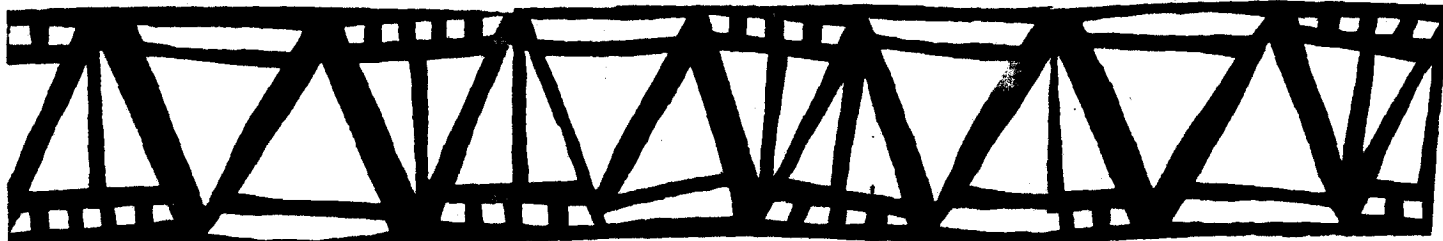
Mais discreta, mas perfilhando também as teses do chefe da paróquia Imaculada, é a mãe Teresa, da missão católica feminina. «Ninguém ignora a vontade política da população de Cabinda; é pública a sua vontade de ascender à independência», afirmou.

Preocupado com a desatenção que Luanda atribuiu no passado ao desenvolvimento de Cabinda, o governador local propôs ao Governo central a transformação de Cabinda numa zona franca industrial e a atribuição, por parte do Estado, de um subsídio de 50 por cento das tarifas aéreas e marítimas para suportar as deslocações das populações residentes em Cabinda para o resto de Angola.

Disposto a aceitar o desafio, Augusto Tomaz, governador de Cabinda, adverte que «por tudo o que Cabinda representa para Angola, Luanda terá que despertar porque tem a obrigação material e o dever moral de fazer muito mais por Cabinda do que fizeram os portugueses».

Antigo militar das FA-PLA e militante do MPLA, é, acima de tudo, um natural de Cabinda. E, sendo governante «nativo», não consegue digerir uma dívida de 200 milhões de dólares contraída pelo Governo central «em nome» da população do território onde nasceu.

GUSTAVO COSTA
enviado a Cabinda



Cabinda: a causa impossível

PÚBLICO, 20.12.94

AS NAÇÕES UNIDAS e a Organização de Unidade Africana (OUA) não querem reconhecer a identidade própria do povo de Cabinda, mas este continua a insistir em que foi alvo de uma "fraude jurídica" e que tem direito à autodeterminação, declarou ao PÚBLICO o representante em Portugal da FLEC-Renovada, Stephan Barros.

A propósito da ocupação, no mês passado, pelos seus guerrilheiros, do quartel de Tando-Zinze e da detenção de três polacos, Barros insistiu em que existe um forte sentimento nacionalista e independentista en-

tre a população da mais setentrional e rica das províncias de Angola.

Para ele, o Governo português chegou a reconhecer a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), criada no exílio, e a autorizar a sua instalação em Cabinda no dia 30 de Junho de 1974, durante a presidência de António de Spínola. Mas, mais tarde, já ninguém aceitou a ideia de um referendo sobre a autonomia do território, o que teria sido encarada no Verão desse ano pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares.

"A questão não é do foro in-

terno angolano, mas sim de direito internacional. O combate está aberto e vai prosseguir, leve o tempo que levar", sublinhou o delegado da FLEC-Renovada, uma das sensibilidades da mesma causa nacionalista que congrega N'Zita Tiago, Ranque Frank, o padre Jorge Congo e outras pessoas.

A própria OUA, que hoje não quer ouvir falar de Cabinda fora do contexto angolano, chegou no decurso da década de 60 a reconhecê-la como o trigésimo nono país africano a descolonizar, alegou Stephan Barros. E acrescentou que as igrejas cristãs instaladas no território é

que estiveram sempre ao lado dos cabindas.

Tanto a FLEC-Renovada, de José Tibúrcio Zinga Luemba, como a FLEC-FAC (Forças Armadas de Cabinda), de N'Zita Tiago, desenrolam ações de guerrilha, que por vezes chegam a uma escassa dúzia de quilómetros da capital provincial, a que os independentistas dão o nome de Tshowa. E, ainda no mês passado, foi elaborado o manifesto em que um novo Comité dos Nacionais de Cabinda considera existir ali "uma administração colonial, que apenas serve e defende os interesses angolanos". ■ J.M.

Savimbi em entrevista ao "Libération"

"Ir a Luanda? Eu não sou louco!"

PÚBLICO, 21.12.94

JONAS SAVIMBI não tenciona ir a Luanda, mas está pronto a encontrar-se com Eduardo dos Santos num país vizinho. Manifesta reticências em relação ao mediador Alioune Beye, que acusa de falar de mais. Portugal, após "o caso OGMA", deverá "lavar-se de toda a suspeita". E reconhece que a UNITA atravessa a maior crise de sempre. Savimbi quebrou um silêncio de meses recebendo o enviado do jornal francês "Libération", algures no Bailundo, no passado dia 14.

PERGUNTA — O cessar-fogo em vigor desde 16 de Novembro está a ser respeitado?

JONAS SAVIMBI — Após tantos anos de guerra, poderíamos achar normal que, aqui e ali, ainda houvesse combates pontuais. Mas estou absolutamente convicto de que não é disso que se trata. Um pouco por todo o país, tanto no Sudeste como no Norte, as forças governamentais continuam as ofensivas. Ainda esta manhã [14 de Dezembro], saíram do Huambo e, passadas duas horas de combates com tanques e canhões, tomaram uma das nossas posições. Sempre com a intenção de intervir aqui, segundo as nossas informações, foram transferidos bombardeiros para Catumbela, a maior base aérea na costa, onde ainda não existe sequer um observador da ONU. O meu maior receio é que o Governo pretenda conquistar todo o território que perdeu antes da chegada dos capacetes azuis.

P. — Já não se trata de uma lógica de incidentes isolados...

R. — Não, o que está em questão é a vontade do Governo de fazer a paz. O MPLA não mudou de filosofia: continua a defender a reconciliação pela força. Nós assinámos o acordo, a 31 de Outubro, quando as tropas governa-

mentais ainda estavam a 80 quilómetros do Huambo. Depois, elas tomaram a cidade, a 9 de Novembro. Uije, no Norte, foi tomada depois de assinadas as tréguas. Ora, não podemos aceitar a paz na humilhação! Para nós, o acordo de Lusaca é o fim das hostilidades e, também e sobretudo, a vontade real de fazer a paz.

P. — Está pronto a deslocar-se a Luanda para pôr em



Jonas Savimbi

prática o acordo de paz?

R. — A UNITA, na pessoa de Isaias Samakuva, na Comissão Conjunta, já está presente em Luanda e participa plenamente na aplicação do acordo. Isto significa que, após a matança dos nossos quadros em Outubro e Novembro de 1992, cada um de nós tem de decidir por si próprio se vai ou não regressar a Luanda. Depois do que se passou, é uma escolha que não pode ser imposta. Cada um é livre e voluntário.

P. — E o senhor vai a Luanda?

R. — Não sou louco! Para me deixar matar? A paz é para toda a gente e, portanto, para mim também... Na situação actual, não vou a Luanda. Pelo menos enquanto planearem assassinar-me, não faço parte do jogo. Um dia talvez,

quando houver garantias sérias, quando eu sentir que os protagonistas em Luanda desejam verdadeiramente a minha colaboração... Mas, primeiro, o Governo deverá dar provas de que honrará os compromissos tomados. Não basta assinar um papel.

P. — Ao decidir não ir a Luanda, não retira peso ao processo de paz? E o que é que vai fazer? Ir para o exílio ou ficar no país?

R. — Eu ficarei aqui, como sempre, na mata, nas pequenas cidades do interior. Nem pensar em exilar-me! Combato desde 1968 e não estou cansado. É verdade que o massacre dos nossos melhores quadros em Luanda me fez compreender, como nunca, o valor da vida e os riscos da política. Mas sou um antigo combatente contra o colonialismo e prefiro morrer aqui a exilar-me. Não fujo de Angola. Se me matarem, serei um mártir.

P. — E quanto aos outros compromissos do protocolo de Lusaca, nomeadamente a integração no exército nacional e, antes disso, o acantonamento dos seus combatentes?

R. — É evidente que tudo está centrado no exército. Queremos, para os nossos militares, uma fatia do bolo. No imediato, eles não estão preparados para se integrarem nele nem para aceitarem o acantonamento. São precisas garantias. Em 1992, mais de 90 por cento das nossas forças estiveram acantonadas, enquanto apenas metade das tropas do MPLA tinham sido desmobilizadas. Não repetiremos este erro.

P. — A tarefa dos capacetes azuis será complicada. Não será de recear o insucesso do acordo de paz?

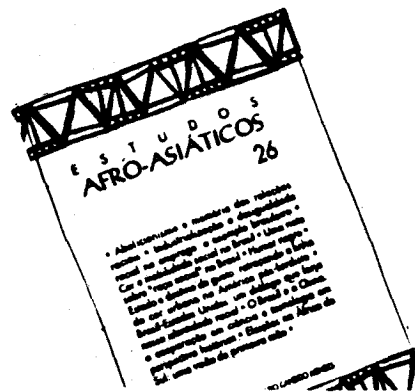
R. — O descarrilamento do processo de paz acordado é uma possibilidade. Disseram-nos que

os capacetes azuis levarão dois a três meses a chegar. Ora, é evidente que é no princípio que o processo de paz é mais frágil e tem mais necessidade de garantias para ser consolidado. Durante longas semanas, até Fevereiro, não haverá praticamente capacetes azuis em Angola. Falaram-nos de 325 militares e 126 polícias da ONU. Como Angola é pequena! Como o seu problema é menor! Aqui, curiosamente, nunca nos dão meios.

P. — A UNITA opõe-se ao envio de alguns contingentes, de Portugal, da África do Sul...

R. — Não dizemos não a Portugal. Só que houve o escândalo da ajuda militar portuguesa concedida a Luanda, as vendas de helicópteros, a reparação de aviões de caça... Por isso, o Presidente Mário Soares recusou-se a confirmar a nomeação do chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Não fomos nós que denunciámos isso, foram os próprios portugueses que disseram: "Não fomos limpos neste negócio." Não tivemos nada a ver com a questão. Que se lavem de qualquer suspeita em sua casa antes de virem para a nossa. Quanto aos sul-africanos, fomos claros: é impensável que um contingente de paz sul-africano ve-

Continua na pág. 5



A Comissão Conjunta voltou a reunir-se ontem em Luanda

Angola continua às escuras

PÚBLICO, 24.12.94

Jorge Heitor*

Enquanto Luanda está mais uma vez sem energia eléctrica, desde há seis dias, também se pode dizer que todo o povo angolano continua às escuras sobre se o Protocolo de Lusaca vai mesmo conseguir a aplicação dos Acordos de Paz assinados em 1991. Entretanto, a Comissão Conjunta reuniu-se ontem na capital e os estados-maiores de uma e outra parte vão ter uma sessão em São Tomé.

A Comissão Conjunta criada no âmbito do Protocolo assinado o mês passado em Lusaca esteve ontem reunida em Luanda, a fim de tratar da retirada, aquartelamento e desmilitarização de todas as forças militares da UNITA, bem como do desarmamento de toda a população civil. Mas deparou-se-lhe o facto pouco agradável de a cidade estar desde domingo sem um abastecimento regular de electricidade, o que tanto poderá ter sido causado por sabotagem como por chuvas, no troço entre a central-hidroeléctrica de Cambambe e Zenza do Itombe.

Confrontado com as suspeitas, o chefe da delegação da UNITA à Comissão Conjunta (CC), brigadeiro Isaias Samakuva, negou qualquer responsabilidade das tropas do Galo Negro na queda de dois postes de alta tensão, alegando que as autoridades estão a colocar em causa o empenhamento do partido de Jonas Savimbi no pro-

cesso de paz, encetado com o restabelecimento do cessar-fogo.

Com efeito, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas (FAA), general João de Matos, afirmou esta semana que, desde 22 de Novembro, a UNITA já violou por 160 vezes o cessar-fogo, embora em acções de pequena envergadura, com ataques às posições governamentais e emboscadas a colunas de abastecimento.

Segundo João de Matos, que este fim-de-semana poderá reunir-se em São Tomé com o seu homólogo Ariando Chanda Pena, "Ben-Ben", as zonas de maior tensão em Angola serão actualmente Cabinda, "devido ao contínuo apoio do Zaire às tropas da UNITA", Uije, Huambo e Lundas, as duas províncias diamantíferas do Nordeste do país.

Ou seja, mais de um mês decorrido sobre a assinatura formal do Protocolo de Lusaca, as duas partes continuam a

acusar-se mutuamente e a manter toda a desconfiança do passado, sem que haja ainda livre circulação de pessoas e bens por todo o território de Angola.

Na sua entrevista da semana passada ao "Libération", de Paris, Jonas Savimbi, que se encontrava na zona do Bailundo, na parte setentrional da província do Huambo, acusava as forças governamentais de continuarem as ofensivas. E agora foi João de Matos a dizer que no Negage, província do Uije, a UNITA se furta ao contacto com os observadores das Nações Unidas, enquanto nas Lundas pretende "continuar a explorar diamantes ilegalmente".

Por isso mesmo é que será tão importante a prevista reunião de São Tomé, para que cessem as hostilidades e os movimentos e acções militares em todo o território de Angola, bem

Continua na pág. 6

Continuação da pág. 4

"Ir a Luanda? Eu não sou louco!"

nha para Angola quando oito mil mercenários sul-africanos combatem ao lado do MPLA. Que partam primeiro, para que possamos estar seguros de que os que vierem virão de boa vontade.

P. — O novo representante da ONU propôs um encontro entre si e o Presidente José Eduardo dos Santos...

R. — Sou favorável a essa proposta, apoiada igualmente pelos americanos e pelos sul-africanos. Mas precisamos de concordar sobre um lugar seguro. Agora, que tomou pela força praticamente todos os aeroportos do país, é que Eduardo dos Santos me pede que vá a Luanda ou a outra cidade angolana sob o seu controlo. Por razões de segurança, não posso aceitar. Também posso pedir-lhe que venha aqui, a Bailundo. Podíamos, no entanto, ver-nos no estrangeiro, num país vizinho. Quanto ao senhor Beye, desiludiu-me. Não tinha nada que dizer que não fui a Luanda para assinar o acordo no dia 20 de Novembro por ser "um homem derrotado", porque não queria ser "humilhado". Fala de mais. Agora, quer vir aqui para se encon-

trar comigo. Não vale a pena. Acabou. Não quero voltar a encontrar-me com ele.

P. — Não quer voltar a ver o enviado da ONU, não quer ir a Luanda e as suas tropas recusam-se ser acantonadas. Não acha que isso é um problema?

R. — Com certeza, há um problema, e sou suficientemente franco para não o esconder. A UNITA atravessa a sua crise mais profunda desde a sua fundação, há 28 anos. Numa guerrilha que ganha, há uma via que toda a gente segue. Mas, na adversidade, há várias vias, grupos diferentes. Hoje, a minha via não é a única na UNITA. O regime de Luanda procura, politicamente, dividir-nos e, fisicamente, eliminar-me. Terá a UNITA que merece porque, para nós, há cinco, seis meses incertos a atravessar. Agora, ao serviço da paz, é preciso fazer prova de visão política para que tudo corra bem. No que me diz respeito, é simples: não é preciso morrer nem deixar-me matar. ■

Exclusivo PÚBLICO/"Libération"
Stephen Smith, em bailundo
(traduzido do francês)

Governo desmente Savimbi

PÚBLICO, 22.12.94

O GOVERNO angolano "nunca pensou assassinar" o líder da UNITA e "muito menos o faria agora, em tempo de paz", disse em Luanda uma fonte do MPLA (no poder), reagindo à entrevista que Jonas Savimbi concedeu a um jornalista do diário francês Libération.

"Nunca o Governo pensou assassinar o líder da UNITA e não há razões absolutamente nenhuma para este injustificado receio de Jonas Savimbi", disse à rádio Luanda Antena Comercial, o secretário para a Informação do MPLA, João Lourenço.

Na entrevista, que o PÚBLICO transcreveu na sua edição de ontem, o dirigente da oposição armada angolana acusa o Governo de architectar o seu assassinio e afirma não ser tão "louco" que aceda a ir a Luanda.

João Lourenço considera que os receios de Jonas Savimbi são tanto mais infundados quanto as autoridades angolanas e a ONU garantirão a sua segurança caso este queira ir à capital para se encontrar com o Presidente José Eduardo dos Santos, hipótese que o líder da UNITA rejeita.

Para a Presidência da República angolana, as declarações de Savimbi são "demasiado graves" e podem mesmo "pôr em perigo" o processo de paz assinado no dia 31 de Outubro, em Lusaca.

"As declarações de Jonas Savimbi foram demasiado graves e podem pôr em perigo o próprio protocolo de Lusaca", disse à TSF o porta-voz da Presidência, Aldemiro da Conceição, sublinhando que o documento de Lusaca "estabelece o princípio da desmilitarização das forças da UNITA" e que Jonas Savimbi não pode vir a público "rejeitar sem fundamento o processo de desmilitarização" das suas forças.

Aldemiro da Conceição reafirmou a disposição de José Eduardo dos Santos se encontrar com Jonas Savimbi, em Angola, embora não tenha afastado a possibilidade de a reunião poder ocorrer num país estrangeiro: "O melhor seria dentro de Angola", disse.

Sem data marcada continuou ontem também a reunião plenária da Comissão Conjunta Político-Militar encarregada de acompanhar a aplicação dos acordos da capital da Zâmbia, disse à Lusa uma fonte da Unavem (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola). ■

Continuação da pág. 5

Angola continua às escuras

como a propaganda hostil entre o Governo e a UNITA, de modo a que se concretize sem mais delongas a instalação dos mecanismos de verificação e fiscalização pela ONU.

Um dos anexos do Protocolo de Lusaca prevê a retirada e aquartelamento de todas as forças militares da UNITA, devendo esta dar às Nações Unidas informações actualizadas, fidedignas e verificáveis sobre a composição das suas forças, armamento, meios e respectivas localizações.

Em simultâneo, os homens da ONU, que em Angola ainda são apenas umas escassas centenas, para tão grande tarefa, deverão fiscalizar todas as tropas identificadas como FAA, devendo o Governo dar igualmente informações actualizadas sobre a composição das suas tropas; enquanto se procederá ao repatriamento de todos os mercenários existentes no país, sejam eles sul-africanos ou de outras nacionalidades.

Enquanto isto, o representante local das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, mostra-se extremamente compreensivo com as dificuldades do processo, alegando que serão precisos cerca de dois meses, a partir da assinatura formal do Protocolo de Lusaca, para que o último tiro seja disparado, "porque Angola é um país muito grande".

Um dos raros pontos em que o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA parecem estar de acordo é na estranheza quanto à demora que se está a verificar na formação de uma nova Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III), dotada de uns bons milhares de capacetes azuis; e não de apenas algumas centenas.

O secretário-geral Butros Butros-Ghali e o seu representante Alioune Blondin Beye procedem a consultas com os diversos países susceptíveis de fornecer contingentes para a nova missão, alargada, mas an-

tes da primeira semana de Fevereiro não deverão ter nenhuma proposta pronta para o Conselho de Segurança.

Entretanto, vão-se preocupando com o aumento da ajuda humanitária a quatro milhões de angolanos deslocados de suas casas e sinistrados de guerra, bem como com o grande programa — que levará alguns anos a concretizar — de levantamento de 15 milhões de minas; e, ainda, e com a reintegração social dos 80 mil soldados a desmobilizar.

Para compreender a aparente lentidão da ONU em passar da Unavem II para a Unavem III, ou seja de uns 480 observadores para um mínimo de sete mil, como a amplitude do problema requer, há que ter em conta que a situação de tesouraria referente às operações de fiscalização da paz em diversas regiões do globo continua a ser crítica. E que sem a garantia de umas boas centenas de milhões de dólares, vindas de Washington ou de outro lado, as Nações Unidas nunca avançarão para Angola "rapidamente e em força", como desde há muito era preconizado pela britânica Margaret Anstee, antecessora de Alioune Beye no espinhoso cargo.

Assim, juntando-se a falta de recursos financeiros da ONU à permanente desconfiança daqueles que há mais de 20 anos andam em conflito aberto, Lusaca continua a ser — por enquanto — um nome mais na longa lista das esperanças frustradas do povo angolano. A juntar aos de Alvor, Gbadolite, Bicesse, Namibe, Adis Abeba e Abidjan...

O Protocolo assinado o mês passado foi publicado em duas dezenas de páginas do "Diário da República", mas a concretização de grande parte do seu articulado nunca será uma realidade, na melhor das hipóteses, antes do fim do próximo ano. ■

com Aguiar dos Santos, em Luanda, e Conceição Lima, em São Tomé

Savimbi apela a Eduardo dos Santos Paz sem humilhação

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, lançou ontem, numa mensagem de Natal transmitida pela Vorgan, a rádio da organização, um apelo à "cooperação e à paz em Angola" e assegurou que não tem nenhuma intenção de "tomar o poder pela força".

"A UNITA reitera a sua disponibilidade de cooperar para que a paz se instale sem nenhuma humilhação", disse Savimbi, que defendeu a necessidade de um "equilíbrio" político em Angola "para que a democracia seja efectiva".

Savimbi, que falava no mesmo dia em que a UNITA foi criada, há 28 anos, endereçou ainda os seus votos ao seu "irmão Eduardo dos Santos [Presidente angolano]".

Mais contundente foi o arcebispo de Luanda, o cardeal

Alexandre do Nascimento, que para além de apelar a "um Natal sem armas" apelou também ao Governo para que "se empenha mais em servir o povo que em servir-se a si mesmo".

Este último apelo de Nascimento ocorre no momento em que a capital angolana atravessa um período de penúria. O aprovisionamento dos armazéns não foi efectuado a tempo porque os descarregamentos não foram efectuados se não a poucos dias do Natal.

Ninguém pode continuar a "impor leis pela força", disse Alexandre do Nascimento. "A lei que se impõe à justiça e à moral não é uma lei", acrescentou, erguendo-se contra a repressão dos cidadãos angolanos por aqueles que "detêm as armas" e "violam mulheres e oprimem os humilhados". ■

PÚBLICO, 26.12.94

Desmentido encontro Santos-Savimbi

PÚBLICO, 30.12.94

APESAR da vontade manifestada pelo Presidente angolano e o líder da UNITA em reunirem-se, o encontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi não vai acontecer até ao fim do mês, disse em Luanda o porta-voz da Presidência, Aldemiro da Conceição.

"Há de facto essa intenção por parte do Governo, e temos vindo a fazer diligências para a realização do encontro, mas garanto que ele não vai acontecer em Dezembro", disse o porta-voz do Futungo de Belas, desmentindo uma informação que o dava por iminente.

A possibilidade de um encontro iminente entre os dois líderes tinha sido admitida por uma fonte oficial da ONU à agência Lusa: deveria realizar-se ainda esta semana, em território angolano (como deseja Eduardo dos Santos) ou estrangeiro (como quer Savimbi), e, neste caso, talvez na Zâmbia, onde se encontra o medianeiro da ONU, Alioune Blondin Beye.

O representante especial do secretário-geral da ONU deixou ontem Windhoek para Lusaca, para se encontrar com o Presidente zambiano Frederick Chiluba, e deverá chegar hoje a Luanda, deslocações que parecem inserir-se no esforço dos chefes de Estado da região para juntarem Santos e Savimbi, talvez por ocasião de uma cimeira

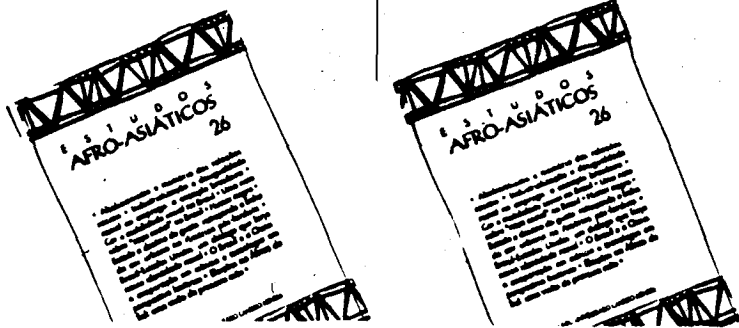
extraordinária dos presidentes dos países da Linha da Frente.

"Os presidentes da sub-região estão a desenvolver esforços no sentido do encontro se realizar ou em Angola ou na Zâmbia", país que acolheu durante um ano o processo negociado que culminou, em 20 de Novembro, com a assinatura do Protocolo de Lusaca, disse uma fonte da ONU à Lusa.

Confirmado está para a primeira quinzena de Janeiro um encontro entre os presidentes de Angola e do Zaire, segundo Aldemiro da Conceição para "reforçar" o melhoramento das relações entre os dois países e "facilitar" a aplicação do acordo de Lusaca.

Sem se conseguirem encontrar continuam também os chefes dos Estados-Maiores do Governo e da UNITA. O comandante das FALA (exército de Savimbi), general Arlindo Chenda Pena Ben-Ben, continuava ontem à espera da resposta à carta que enviou ao comandante das FAPLA (exército governamental), general João de Matos, para um encontro "urgente" em São Tomé.

A iniciativa do encontro partiu de João de Matos, no dia 16, convidando Ben-Ben para uma reunião em território angolano, mas este recusou o lugar e, respondendo no dia 22, sugeriu São Tomé. ■



Processos de paz e cooperação técnico-militar

J. M. Briosa e Gala*

PÚBLICO, 30.12.94

Regressaram hoje a Portugal os últimos homens de um contingente de 280 que em Moçambique integraram o BT4-Batalhão de Transmissões da Onumuz, ao qual se haviam juntado mais cerca de uma centena de oficiais e sargentos e 60 oficiais e agentes da PSP, estes no âmbito da Civpol.

Assim se fechou um ciclo do processo de paz de Moçambique, aqui na vertente militar-policial, tendo, como é sabido, Portugal estado igualmente presente no apoio ao processo eleitoral ou aos programas de reintegração de desmobilizados e, de um modo geral, participado activamente em todos os órgãos políticos internacionais criados pelo Acordo Geral de Paz de Moçambique (Comissão de Supervisão e Controlo, Comissão de Cessar-Fogo, Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e a Comissão de Reintegração).

Após a assinatura, em 4 de Outubro de 1992, em Roma, do referido Acordo — para cujas negociações Portugal contribuiu como observador —, as partes (Governo e Renamo) convidaram Portugal, França e Reino Unido para participarem na formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), tendo posteriormente sido elaborado um plano de cooperação entre os três países, conhecido por Acta de Lisboa. Na sequência dessa repartição de tarefas, foi a seguinte a nossa participação: assessoria na área conceptual e jurídico-administrativa da organização superior das FADM, formação de quadros superiores dos três ramos das FADM, vária formação de pessoal e organização de unidades militares, fornecimento de material e reabilitação/reconstrução de três quartéis (Escola de Fuzileiros, Escola Prática de Administração Militar e Centro da Instrução de Forças Especiais).

No âmbito da cooperação internacional, foi, sem dúvida, levada a cabo pelos cem militares portugueses a parte mais ambiciosa do trabalho de construção das novas forças armadas de um Estado democrático.

Paralelamente à actividade desenvolvida por Portugal no quadro de formação das FADM, o Batalhão Português de Transmissões foi responsável pelas comunicações entre os diversos contingentes das Nações Unidas, tarefa que desempenhou com cabal sucesso ao longo dos últimos 20 meses.

A participação na Força da Onumuz fez-se ao nível do Comando Superior (cinco oficiais superiores em assessoria a diversos níveis da Divisão Militar) e ao nível das operações (280 homens, dos quais 14 oficiais), distribuídos por três companhias de transmissões (Beira, Nampula e Matola, residindo aqui o respectivo Comando).

Eu próprio tive a oportunidade de testemunhar, "in loco", o trabalho realizado, tendo constituído a visita ao acampamento da Matola uma experiência gratificante e até surpreendente. Na verdade, pormenores como a inexistência de muros ou arame farpaado em torno do acampamento — com um dos

mais baixos índices de roubos —, o convívio espontâneo com os contingentes de outros países e as próprias populações ou uma improvisada escola primária confirmaram uma verdadeira "arte de ser português".

Não tenho dúvidas em afirmar que também aos militares portugueses se ficou a dever uma quota-parte do êxito do processo de paz em Moçambique.

Por essa que importa agora consolidar, apoiando o funcionamento das instituições, a reinserção social, promovendo o diálogo e a concertação e ajudando a criar condições para o desenvolvimento e a consolidação da democracia.

Ao lado de outros exemplos, a notável experiência moçambicana vem demonstrar, para aqueles que ainda disso têm dúvidas, que a democracia é um valor universal tão viável em África como em qualquer outro continente. Que terá que ter em conta a natural adaptação às respectivas culturas, não devendo confundir-se com a importação mecânica de modelos pré-concebidos.

É verdade que a paz não é a mera ausência da guerra, mas também a criação de condições materiais que permitam aos povos uma vida digna, em pleno uso dos seus direitos sociais e cívicos.

Foi para apoiar a paz, o desenvolvimento e a consolidação da democracia que Portugal propôs o apoio da União Europeia ao processo eleitoral de Moçambique — o que deu origem à Eumoz, onde participámos com 30 dos nossos 42 observadores às eleições. Já no Conselho de Ministros do Desenvolvimento, em 25 de Novembro último, tive ocasião de apelar ao reforço da ajuda humanitária, e especialmente de reabilitação, à África Austral, do que poderão beneficiar naturalmente Angola e Moçambique, acção a desenvolver através da conjugação de esforços da Comissão Europeia e dos Estados-membros.

Chegados a este ponto, gostaria de voltar à importância da cooperação militar portuguesa, como instrumento de defesa e suporte do exercício das instituições democráticas numa perspectiva de segurança e estabilidade interna do Estado de Direito.

A cooperação técnico-militar com os países africanos lusófonos vem de longa data e sempre o Estado português a concebeu como uma faceta particular da política de cooperação. É a Francisco Sá Carneiro que, como primeiro-ministro, se deve o mérito histórico de, pela primeira vez e de forma descomplexada, situar o nosso relacionamento com estes países no plano Estado a Estado. Todavia, ela revelou-se até 1985 como um proces-

so pouco consequente e falho de sistematização. Nesta área, concretamente, é com os governos do professor Cavaco Silva que se dão os passos decisivos que conduzirão à assinatura dos acordos entre Portugal e Cabo Verde (Junho de 1988), São Tomé e Príncipe (Dezembro de 1988), Moçambique (Dezembro de 1988) e Guiné-Bissau (Janeiro de 1989).

No que diz respeito a Angola, a cooperação entretanto desenvolvida assenta no Acordo Geral de Cooperação assinado em 1978, sendo esta a base programática ainda vigente nos dias de hoje.

Ainda do ponto de vista da referência normativa, também no caso angolano, coabitaram, em determinadas fases, com naturalidade, dois quadros específicos: um de natureza estrutural, fundado na relação entre Estados, e outro de natureza conjuntural, decorrente das necessidades específicas do processo de paz. A exemplo, aliás, do que aconteceu com outros países.

Este facto sempre foi abertamente assumido por Portugal, com transparência, quer antes quer após a investidura do nosso país em responsabilidades advenientes da qualidade de mediador, primeiro, e de observador, actualmente (após Bicesse). Aliás, mesmo à época da CCPM (Comissão Conjunta Político-

Militar, que Portugal integrava) foi esta sempre informada do prosseguimento da cooperação bilateral com o Governo angolano, sem que as partes ou os demais intervenientes no processo de paz tivessem jamais apresentado qualquer queixa ou protesto.

Está, pois, por demonstrar qualquer incompatibilidade entre o estatuto de Portugal na observação do processo de paz e o prosseguimento da sua cooperação bilateral com o Estado angolano, através do respectivo Governo. Sem prejuízo, como é evidente, da exigência de estrita observância dos termos dos próprios Acordos de Paz e do direito internacional aplicável, a que sempre procedemos.

A este respeito, convém precisar que, como deveria ser óbvio, a neutralidade e equidistância perante as partes de um acordo não preclui o direito — melhor, o dever — de apontar as infracções ao mesmo e as responsabilidades dos seus autores. Nem a observação é "voyeurismo", nem a neutralidade se confunde com cumplicidade.

A quem interessa, de facto, postergar os mais elementares princípios éticos, acusan-

Continua na pág. 8

“Tcholona” interpreta Guiné-Bissau

OS GUINEENSES quando querem dizer “intérprete”, em crioulo, afirmam: “Tcholona”. Palavra que também significa “dica”. Em Abril, um grupo, animado pela ideia de intervir cívica e culturalmente naquele país, decidiu publicar uma “revista de letras, artes e cultura”. E chamou-lhe “Tcholona”. Todo o seu esforço é interpretar a guineidade.

Foi recentemente publicado o número duplo (2/3), que é disso apanágio. Não só pela variedade de temas que comporta, mas pelo desassombro que lhes suporta. É notável o espírito de abertura que

nela se experimenta. Os vários intervenientes estão interessados em interrogar-se sobre questões várias, e não em descansar sobre certezas.

O processo cultural, político e histórico que o país vive vê-se assim reflectido nas diversas abordagens, que discutem: música, sociologia, mitologia, antropologia, pintura, política ou história.

Tony Tcheca, num artigo que saúda a publicação do livro “Guiné-Bissau — Aspectos da vida de um povo”, afirma: “No nosso país, publicar, seja o que for, é sempre um acontecimento digno

de registo de primeira página, em “parangonas”, do tamanho de autêntica novidade”. Tcheca sabe o que significa criar em países como a Guiné-Bissau, onde a luta pela sobrevivência tolhe os homens de outras veleidades.

Não obstante, “Tcholona” traz-nos, na multiplicidade das questões que levanta e qualidade das suas intervenções, esperanças que pareciam hipotecadas. Num dos ensaios mais entusiasmantes, Isaac Monteiro ataca uma questão polémica: “O mito do crioulo — etnicidade e identidade nacional”. O autor é hoje mi-

nistro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Neste texto, escrito antes de o ser, combate, de algum modo, os “preconceitos” — sejam os “eurocéntricos” ou os “afrocéntricos” — que minam a formulação da questão, nunca pacífica, da unidade nacional.

Por seu turno, Carlos Cardoso assina outro dos artigos cujo interesse é flagrante. Até pela interrogação que o articulista subcreve: “Haverá lugar para as Ciências Sociais na Guiné-Bissau?” Mais adiante, referindo-se a um conjunto de problemas que têm ameaçado “a capacidade tradicional das sociedades camponesas de se auto-reproduzirem e de se “desligarem” do sistema”, Cardoso considera: “As abortadas estratégias de desenvolvimento, gestão económica desastrosa e um contexto internacional hostil causaram um colapso do nível de vida, alastraram a má nutrição e tornaram as condições de existência inumanas.” ■

Nelson Saúte

Continuação
da pág. 7

Processos de paz e cooperação técnico-militar

do o nosso país de “tomar posição”? Portugal, naturalmente que tomou posição quando necessário, tal como a tomaram os seus parceiros da “troika” de observadores e os quinze membros — por unanimidade, sempre! — do Conselho de Segurança, através da adopção das várias resoluções das Nações Unidas que sancionaram os desvios ao processo de paz.

Isto conduz-nos ao artificialismo e à mistificação criada em torno do pretenso “caso” das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico.

Não vou reproduzir aqui as explicações que já foram dadas quanto à actividade publicamente prosseguida por esta empresa, há largos anos instalada em território angolano. A esse propósito, louvo-me, aliás, nas esclarecedoras entrevistas dos senhores brigadeiro Portela e general Mendes Dias.

Pode hoje afirmar-se, com base nos factos conhecidos, que em circunstância alguma Portugal violou os compromissos a que estava obrigado e especificamente os do chamado Triplo Zero (abstenção de aquisição de material letal pelas partes, cessação do fornecimento de material letal pelos EUA e URSS a qualquer das mesmas e observância desta abstenção por terceiros).

Essa demonstração poderia, aliás, ser feita quer por impugnação, quer por excepção, na medida em que a própria cláusula do Triplo Zero, decorrente da situação de cessar-fogo, deixou de funcionar desde Outubro de 1992, altura em que o acordo de cessar-fogo foi abertamente violado. É este, designadamente, o entendimento do mediador das Nações Unidas, o senhor Beye, ainda agora explicitado numa conferência que proferiu em Washington.

Não por acaso, no comunicado saído da reunião da “troika” de observadores de 8 de Julho de 1993, onde participei em representação do Governo português, pode ler-se: “Os observadores reiteram que deve continuar a ser o objectivo da comunidade internacional o restabelecimento do cessar-fogo, incluindo a total observância do Triplo Zero (...). Dadas as correntes circunstâncias, os observadores reconhecem que o Governo da República de Angola tem direito de legítima defesa e vêem com compreensão os seus esforços para ad-

quirir os meios necessários à sua defesa.” A resolução do Conselho de Segurança, votada por unanimidade seis dias depois, veio consagrar formalmente este entendimento (Resolução n.º 851/93), ameaçando ainda com a imposição à UNITA de um embargo ao fornecimento de armamento, o que viria a ser feito; embargo esse igualmente estendido ao petróleo e produtos petrolíferos (Resolução n.º 864/93, de 15 de Setembro).

Julgo, no entanto, que hoje é geralmente percebido que o chamado “caso OGMA”, nos seus vários episódios, deve a sua projecção não aos seus aspectos intrínsecos mas sobretudo a factores alheios ao interesse externo de Portugal.

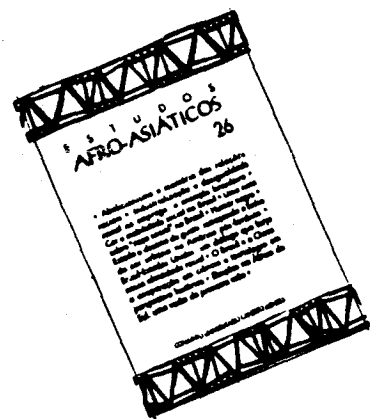
Que o “caso OGMA” se tenha tornado um pretexto nas vicissitudes da política interna deve preocupar-nos na medida em que, através dele, objectivamente se prejudica a posição de Portugal no exterior e o seu relacionamento com os países de língua portuguesa, uma das prioridades estáveis da nossa política externa.

Depois do sucesso que representou o nosso envolvimento na feitura e na implementação do Acordo Geral de Paz de Moçambique, justo motivo de orgulho para todos os portugueses, colocam-se agora ao nosso país novos desafios no âmbito da execução do Protocolo de Lusaca, como instrumento complementar dos Acordos de Bicesse.

Tal como o fizemos com Moçambique, iremos continuar a proceder em relação a Angola no estrito respeito pela soberania do Estado — o que implica relações entre Governos e cooperação em todos os domínios — e, simultaneamente, completa isenção no cumprimento do Acordo entre ambas as partes.

Faço sinceros votos para que a disputa interna das sensíveis questões do vector africano da política externa portuguesa não venha, de modo trágico e infeliz, a prejudicar o papel que nos cabe e a nossa posição no contexto internacional. Se isso viesse a acontecer seria, certamente, mais do que um desaire para o Governo, um profundo revés para Portugal. ■

* Secretário de Estado da Cooperação



Saturnino terá de superar o atraso

PÚBLICO, 31.12.94

A GUINE-BISSAU termina o ano das suas primeiras eleições pluralistas com uma sensação de que dias melhores terão necessariamente de vir e que os magros resultados de duas décadas de governação do PAIGC ainda poderão ser superados.

O novo Governo, igualmente do partido criado por Amílcar Cabral, e vencedor das eleições de Julho, tem procurado transmitir uma ideia de confiança, competência e transparência.

A comunidade internacional contribuiu para a existência de tal clima, que em certa medida é necessário para mobilizar uma população desiludida, cansada de promessas e que não tem sentido os benefícios do seu sacrifício: concedeu à Guiné-Bissau, nos últimos dias de 1994, uma ajuda de 375 milhões de dólares (cerca de 60 milhões de contos), equivalente a mais de metade da dívida externa.

Daquele montante, 45 milhões de dólares são dinheiro fresco e o restante destina-se a apoiar a implementação de projectos e o reescalonamento da dívida externa.

O Governo do coronel Manuel Saturnino Costa, secretário nacional do PAIGC, já começou a mexer em sectores basilares da função pública, afastando de uma só vez os 170 directores-gerais em actividade, preparando-se para no seu lugar no-

mear umas quatro dezenas. Até 1977, vão ser despedidos cinco mil funcionários de um total de 13 mil.

Mesmo praticando baixos salários e pagando-os com atrasos que vão até aos quatro meses, o Estado guineense continua a ser o principal empregador do país, daí que as previstas medidas sejam vistas à partida como mais um elemento de desequilíbrio social, cujas consequências só poderão ser minimizadas se houver um programa alternativo para o contingente de desempregados.

As directrizes do Banco Mundial

Embora o Governo tivesse impressionado os seus parceiros com as metas apresentadas, e que prevêem a redução da inflação de 17 para 15 por cento no próximo ano e oito por cento em 1997, os artífices da nova postura da Guiné-Bissau foram o anterior primeiro-ministro, Carlos Correia, e os ex-ministros das Finanças, Filinto Barros, e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Bernardino Cardoso.

Eles e o Governador do Banco central, ainda em funções, Luís Cândido, garantiram com um certo êxito a execução do programa das reformas económicas combi-

nado com o Banco Mundial.

O facto de as primeiras eleições pluralistas terem sido consideradas válidas pela comunidade internacional também contribuiu para uma maior disponibilidade dos parceiros de Bissau, onde os homens actualmente na mó de cima não conseguem obter de todos os seus companheiros de partido o mesmo apoio e solidariedade obtidos no estrangeiros.

Na capital guineense, não é segredo que altos dirigentes do PAIGC não dão o seu aval ao Governo de Manuel Saturnino, nem subcrevem algumas das suas decisões. Algumas figuras que se destacaram nos anteriores executivos e na campanha eleitoral estão até dispostas a renunciar ao mandato de deputado em sinal de discordância, enquanto que outras não aceitam qualquer lugar na administração pública.

Uma oposição combatida

A oposição, muito combatida pelo desaire eleitoral, começa a dar mostras de querer fazer frente ao executivo, que a coligação União para a Mudança diz não ser legítimo, porque "um mês após o seu empossamento ainda não submeteu o programa de Governo à Assembleia Nacional". Enquanto Domingos Fer-

nandes, líder do Movimento Bafatá, diz que "este elenco deixa muito a desejar" e que o melhor para o país seria um Governo de Unidade Nacional.

O Sindicato dos Professores (Sinaprof) anunciou uma greve de 20 dias a partir de 3 de Janeiro, caso o ministro da Educação não reate o diálogo e pague os subsídios em atraso.

Mas os problemas internos não são um exclusivo do PAIGC: o Movimento Bafatá, com congresso marcado para Janeiro, tem nada menos que três listas concorrentes, encabeçadas por diferentes membros da actual direcção; a União para a Mudança ainda não conseguiu transformar-se de seis partidos num só; e a Fling tem hoje duas direcções, ambas a reclamar legitimidade. Enquanto os restantes partidos pouco ou nada dizem, tentando discretamente curar as mazelas provocadas pelas eleições.

Aguarda-se apenas que o polémico filósofo Kumba Yalá, o homem que obrigou o Presidente João Bernardo Vieira a uma segunda volta para conseguir ficar no cargo, venha agora a animar a Assembleia Nacional, onde o PAIGC vai ficar porventura enfraquecido com a saída de 11 deputados para funções governativas. ■

António Soares Lopes
em Bissau

Remodelado o Governo de Cabo Verde

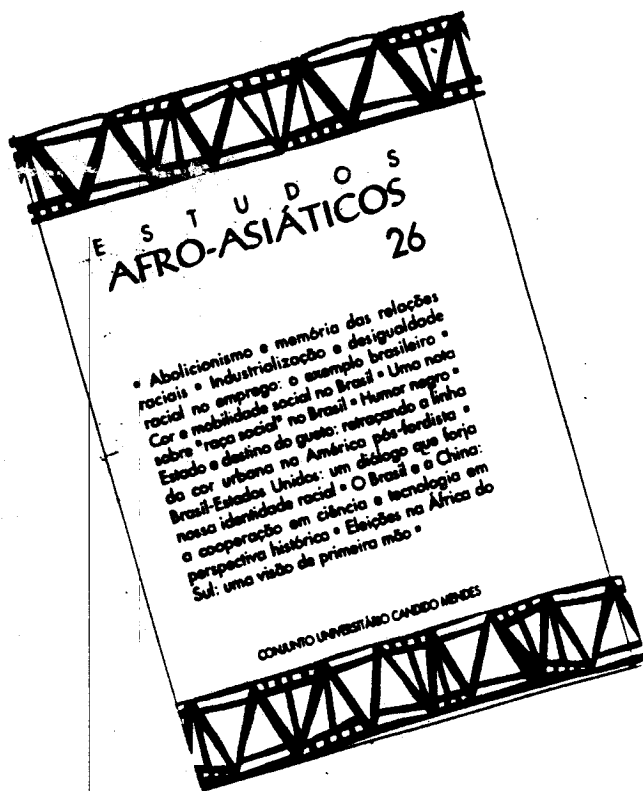
PÚBLICO, 30.12.94

JOSÉ TOMÁS Veiga, irmão do primeiro-ministro de Cabo Verde, é o novo titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, depois de quase quatro anos à frente da Coordenação Económica, desde que o Movimento para a Democracia (MpD) bateu nas urnas o PAICV, de Pedro Piros, em Janeiro de 1991. Outra novidade da remodelação ontem oficialmente anunciada: a meio da tarde foi a nomeação do antigo titular das Finanças, Úlpio Fernandes, para ministro de Estado e da Defesa Nacional, devendo coadjuvar o primeiro-ministro Carlos Veiga na gestão de áreas como a cultura, a comunicação e o ambiente.

A composição do executivo remodelado de Carlos Veiga foi divulgada pela rádio, na Cidade da Praia, deixando de existir os ministérios da Comunicação e da Cultura, das Pescas, Agricultura e Animação Rural, do Turismo, Indústria e Comércio e das Finanças. Passa a existir o Ministério do Mar (Pescas, Marinha e Portos), que será dirigido por Helena Semedo — até agora titular das Pescas, Agricultura e Animação Rural —, e o da Agricultura, com José António Pinto Monteiro promovido de secretário de Estado a ministro.

O ministério da Coordenação Económica, sob cuja alçada ficam as secretarias de Estado das Finanças e da Economia, é entregue a António Gualberto do Rosário, que fora até há dois anos responsável do departamento então entregue a Helena Semedo e que volta ao Governo. José Ulisses Silva e José Luís Livramento são os secretários de Estado, respectivamente, para as Finanças e a Economia. Dos Negócios Estrangeiros saiu Manuel Chantre e na Educação verificou-se a substituição de Manuel Faustino por Ondina Ferreira, até aqui ministra da Comunicação e Cultura. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia



Veiga lança tropas em campanha

PÚBLICO, 31.12.94

*José Vicente Lopes
na Cidade da Praia*

O ano de 1994 termina em Cabo Verde com mais uma remodelação ministerial, a segunda em nove meses. É a forma de Carlos Veiga formar o "exército de campanha" com que pretende enfrentar os desafios eleitorais dos próximos 14 meses, a culminar com as legislativas e as presidenciais no início de 1996.

O regime pluralista cabo-verdiano, instituído há quatro anos, vai enfrentar novos testes a partir de Março de 95: haverá eleições autárquicas no Mindelo, ilha de São Vicente, e possivelmente também na Cidade da Praia, ilha de Santiago. Depois, no fim do ano, eleições municipais em todo o país; e nos dois primeiros meses de 96 legislativas e presidenciais.

Por causa desses desafios, o primeiro-ministro Carlos Veiga estava a ser pressionado pelos seus pares no sentido de mexer,

uma vez mais, na equipa governativa. E o Movimento para a Democracia (MpD), que a 13 de Janeiro de 1991 derrotou nas urnas o PAICV, pretendia transformar o Governo no seu "exército de campanha". O jornal "A Semana" noticiara há poucos meses que a Comissão Política do actual partido governamental chegara à conclusão de que era preciso, para esta fase, um executivo "populista, forte e eficiente".

O Governo anunciado quinta-feira é empossado dia 5 de Janeiro pelo Presidente António Mascarenhas Monteiro, que há quatro anos sucedeu no lugar a Aristides Pereira. Desapareceram alguns ministérios e surgiram ou foram reestruturados outros, na sexta remodelação verificada desde que o PAICV perdeu o poder. Deixaram de existir os ministérios da Comunicação e Cultura, das Pescas, Agricultura e Animação Rural, do Turismo, Indústria e Comércio e das Finanças.

Um major na reserva

Há agora um ministro da Presidência do Conselho de Ministros, Mário Silva, e um ministro de Estado e da Defesa Nacional, Ulpio Fernandes, major na reserva do Exército português.

Antigo ministro das Finan-

ças, o economista Fernandes foi um dos quadros cabo-verdianos que Carlos Veiga foi buscar a Lisboa para o ajudar na governação. Além de se ocupar da Defesa (até aqui a cargo do próprio primeiro-ministro), irá ajudar o chefe do MpD a gerir as áreas da cultura, comunicação social e ambiente.

Outro economista, António Gualberto do Rosário, até há dois anos ministro das Pescas e Agricultura, é agora responsável pela Coordenação Económica, com tutela sobre as secretarias de Estado das Finanças e da Economia. (Ver PÚBLICO de ontem) E nos Negócios Estrangeiros fica José Tomás Veiga, irmão do primeiro-ministro e até agora responsável por uma reforma económica que estava a ser apoiada pelo Banco Mundial.

Para a Justiça conta-se com Pedro Freire e nas Infraestruturas e Transportes fica o empresário, ligado ao sector da construção civil, Teófilo Figueiredo Silva, cujos concorrentes o acusam de se aproveitar do cargo em benefício das suas companhias. Decorre actualmente um inquérito parlamentar para averiguar a justeza ou não das acusações.

Quanto à ministra que transitou da Comunicação e Cultura para a Educação e Desporto, Ondina Ferreira, esteve há meses envolvida num escândalo por ter

contratado dois técnicos portugueses, a cerca de 1.200 contos mensais cada um, como consultores de um programa de formação para a comunicação social. Um deles era até o namorado da filha, formara-se recentemente em Psicologia e fora até há pouco assistente de realização na televisão portuguesa.

O Governo de Carlos Veiga passa a contar, além dele, com 11 ministros e três secretários de Estado, incluindo o da Emigração e Comunidades, António Pascoal.

Vítima de uma cisão e de diversos casos de corrupção, o MpD vai tentar inverter em 1995 a tendência de desgaste, enquanto os grupos oposicionistas irão procurar aparecer como alternativa aos olhos de uma população desanimada com a classe política.

Para além do PAICV, sucessor do ramo cabo-verdiano do PAIGC que em 1975 assumira a governação, aquando da proclamação da independência, há a registar agora a legalização do Partido da Convergência Democrática (PCD), liderado por um antigo ministro da Justiça, Eurico Monteiro, e por outros dissidentes do MpD. E num plano subalterno encontra-se a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), que continua a caracterizar-se por uma certa instabilidade interna. ■

Polémica em Moçambique

Acusações de fundamentalismo

PÚBLICO, 31.12.94

*José Pinto de Sá,
em Maputo*

Enquanto a Renamo já se dispõe a participar nas comissões parlamentares, o grande escândalo deste fim de ano em Moçambique é o de o Partido Inde-

pendente haver expulso sete militantes que tinham acusado o respectivo líder de estar a recrutar jovens para a Jihad, ou guerra santa a favor do islamismo.

Afonso Dhlakama admitiu ontem a ultrapassagem do difere-
do que tem levado a Renamo a boicotar os trabalhos parlamentares, co-

meçando por participar nas comissões, enquanto não se apresentar nas sessões plenárias. Mas o caso, agora mais quente em Moçambique é o de um

alegado perigo islâmico, com acusações a um antigo candidato presidencial de querer fazer a guerra santa em nome do Islão.

O Conselho Político Permanente do Partido Independente de Moçambique (Pimo) expulsou sete elementos da respectiva Comissão Nacional de Controlo, que haviam acusado esta semana Ya-Qub Sibindy de estar a recrutar jovens para treino militar na Argélia, a fim de posteriormente desencadear a Jihad.

O presidente da Comissão Nacional de Controlo, Mussagy Abdul Mussagy, foi por seu turno acusado de liderar uma facção do Pimo apostada na luta pelo poder e no afastamento de Sibin-

dy, sob o pretexto de que este se encontra a fomentar o fundamentalismo islâmico e de que é um "suicida teleguiado por interesses de fora".

Segundo o grupo dissidente, agora castigado, o antigo candidato à Presidência da República estaria a aliciar jovens com promessas de bolsas de estudo no estrangeiro, com o intuito de os enviar para campos de treino na Argélia. Mussagy considerara o esbelto Sibindy "um indivíduo extremamente perigoso" e dissera ser preciso que o Governo moçambicano "tome cautela, porque vai haver uma terceira guerra, a do fundamentalismo" (depois da luta pela independência e da guerra da Renamo contra a Prelimo).

Continua na pág. 11

“Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império”

“A LIBERDADE É A PÁTRIA DOS HOMENS”

NÉLSON SAÛTE

A ideia da liberdade atravessa, de forma inequívoca, toda a literatura africana de língua portuguesa, sobretudo esta poesia de Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, publicada pela Casa de Estudantes do Império entre 1951 e 1963, agora reeditada. Contra o silêncio e o esquecimento.

Quando se escrever, um dia, a História das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, o projecto editorial da Casa dos Estudantes do Império (CEI) será, por certo, incontornável. A CEI, fundada nos anos 40 e encerrada em 1965 por ordem do regime salazarista, estabeleceu, com efeito, um programa de intervenção cujas consequências estão ainda por avaliar, mas enquanto esperamos pela aferição da história podemos considerar que a ideia da liberdade de que estas literaturas foram propulsoras foi muito importante no futuro de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

O projecto editorial da CEI não se esgota, como se sabe, nestes livros que agora são reeditados — dois volumes: poesia angolana e santomense, no primeiro; e, no segundo, a moçambicana — pela Associação da Casa dos Estudantes do Império, criada há dois anos e que pretende valorizar o legado desta instituição. A ficção narrativa e o ensaio também integraram a sua acção. Devemos observar o programa da CEI como sendo principalmente político. Como poderia ser de outro modo?

Estas antologias são de um mérito extraor-

Continua na pág. 12

Continuação da pág. 10

Acusações de fundamentalismo

Mussagy falou de um documento que provaria que Sibindy “quer fundamentar o fundamentalismo” em Moçambique. O texto estaria a ser traduzido de português para árabe, supostamente na Líbia, para posterior difusão no mundo islâmico, com vista à angariação de apoios.

“São acusações infundadas, descabidas e tão infantis que não me preocupam”, afirmou Sibindy, ao comentar as alegações do grupo agora afastado. E considerou os seus detractores “indivíduos ambiciosos” e “tribalistas”.

De católico a muçulmano

Ya-Qub Sibindy, em tempo de Jacob Sibinde, nasceu há 35

anos numa família de agricultores católicos de Chibabava, na província de Sofala, sendo contemporâneo e parente de Dhlakama, o líder da Renamo. Aos 16 anos ingressou na Frelimo, tendo estado a trabalhar na direcção de Finanças do ministério da Defesa.

Depois de abandonar o Exército, alegando razões de saúde, dedicou-se com êxito à suinicultura, que teve de abandonar em 1986, quando se converteu ao islamismo. Desde então, alterou a grafia do seu nome e observa rigorosamente os preceitos maometanos. Usa invariavelmente o traje tradicionalmente islâmico, pressionando os seus correlegionários a também se vestirem assim.

Há um ano, fundou o Pimo, cuja sigla, segundo os seus adversários, apenas tentaria disfarçar o nome de Partido Islâmico, uma vez que as formações políticas de base religiosa estão proibidas pela Constituição moçambicana.

Nas eleições de Outubro, Sibindy e o Pimo não conseguiram angariar os votos da importante comunidade islâmica, que constitui um quinto da população. Nas legislativas ficaram-se pelos 1,23 por cento e nas presidenciais nem isso conseguiram.

A semana passada, os dissidentes acusaram o controverso dirigente partidário de diversos desmandos financeiros e da uti-

lização indevida do património do Partido Independente, incluindo viaturas registadas em nome de alguns dos dirigentes. E exigiram-lhe que justificasse o paradeiro de mais de 40 mil dólares recebidos das Nações Unidas para a formação das estruturas do Pimo.

O acusado respondeu com a afirmação de que há pessoas envolvidas num plano para o eliminar fisicamente e solicitou mesmo a protecção da polícia. Depois do que, sete dos nove membros do Conselho Político Permanente lhe manifestaram fidelidade e expulsaram, além de Mussagy, Jerónimo Amissa, Pedro Dias, Khalide Sidat, Manuel Assuba, Alberto Hassane e António David Valente. ■

Continuação da pág. 11

“A LIBERDADE É A PÁTRIA DOS HOMENS”

dinário, e de uma grande importância documental. Mas há vários outros motivos, entre os quais — e este parece-nos o decisivo — o de promover literaturas que tentavam um percurso naquele espaço geográfico no qual o colonialismo português proibia a existência de culturas e identidades próprias.

Alfredo Margarido, responsável por múltiplos estudos sobre as literaturas de Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe que antecederam a publicação de quase todas estas antologias, no actual prefácio destes dois volumes não se esquece de referir: “Parece-me indispensável pôr em evidência o elemento central: não havia ainda nesse momento literaturas especificamente nacionais, verificando-se também uma confusão evidente entre escrita ‘colonial’ e a escrita ‘africana’. De resto, e do ponto de vista literário, a tendência geral da crítica portuguesa, menos prezava o facto literário africano, na medida em que se registava o eco do racismo difuso mas constante que as ideias portuguesas aplicavam à África em geral e aos africanos em Portugal”.

Sublinhemos que, quando em 1951, Vítor Evaristo e Orlando de Alburquerque, oriundos de Moçambique, fizeram editar como separata da revista Mensagem, da Casa dos Estudantes do Império, a colectânea “Poesia em Moçambique”, mais não faziam do que inaugurar um espaço inexistente para aquelas literaturas e culturas.

Significativamente, em “Poetas Angolanos”, onze anos depois, Margarido viria a esclarecer: “Nesta antologia o que nos importa é uma poesia marcada pelas condições de adesão à totalidade da praxis. É por isso que não nos importa uma poesia puramente técnica, mas sim aquela que se interessa pelos postulados morais”. A despeito da sua legitimidade, este facto não removeu nem remove a subjectividade dos critérios em causa, que continuam, todavia, a decidir sobre a discussão em volta da nacionalidade de escritores — no caso moçambicanos, onde ainda são motivo de alguma polémica.

Margarido estava consciente do facto? “O trabalho do antologador dependia por isso da precisão do quadro teórico — que alguns não deixarão de designar como sendo claramente ideológico —, na medida em que se tratava de proceder a uma escolha representativa das situações culturais”, dirá hoje (I volume, pág. 15) Curiosamente, também não deixará de anotar: “Se eu tivesse que fazer um comentário ao meu próprio trabalho, diria que lamento não ter sido mais radical na exclusão dos colonos, na medida em que estes não estavam incluídos no âmbito da consciência nacional de cada um dos países considerados” (I volume, pág. 21).

Desde os santomenses Costa Alegre ou Francisco José Tenreiro aos moçambicanos Noémia de Sousa ou Rui Nogar, passando pelos angolanos Viriato da Cruz ou António Jacinto, estas Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império oferecem-nos páginas que deixam reverberar vozes indignadas com a intolerável situação que foi a colonial. Não deixam de

ser, por esta razão, gritos de revolta e insubmissão. Ou programas ideológicos onde se visa a instituição de uma nova ordem. O poeta moçambicano José Craveirinha, que viu o seu primeiro livro “Chigubo” editado pela CEI, em 1964, bradava, na antologia “Poetas de Moçambique”, organizada em 1962, por A. Margarido: “Oh, velho deus dos homens / deixa-me ser tambor / só tambor!” (II volume, pág. 200).

A reivindicação de uma identidade própria, de quem não tinha dignidade nem direito à cidadania, consubstancia quase toda a poesia que se distingue mais pelas causas que convoca do que pelas soluções que encontra como objecto literário. Alda Espírito Santo formula, em versos lapidares, a bandeira desta geração: “É a chama da humanidade / (...) / onde a liberdade / é a pátria dos homens...”

Temos consciência de que nem todas as vozes aqui reunidas se encontram na perspectiva que temos vindo a salientar. Destaquemos, essencialmente, aquilo que caracterizou tanto a acção da Casa dos Estudantes do Império como os instrumentos que dela irão sair, e que abalarão, indubitavelmente, as consciências amarradas ao atavismo rácico e as que se prendiam no cómodo desconhecimento da realidade, ignorando a vida dramática dos territórios africanos.

Não mencionamos aqui, por constrangimentos de espaço, as contradições do percurso destas antologias e destas literaturas. Não obstante, diremos que estas são próprias do processo, que merece a atenção crítica de todos os que se interessam por estas problemáticas e não só. Queremos acreditar, por isso, que a reedição destas Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império nos permitirão uma releitura das condições de possibilidade das múltiplas literaturas que em África se desencadearam. Sem, como é evidente, esquecermos uma perspectiva da História.

Em Portugal há um relativo interesse pelas chamadas literaturas africanas de língua portuguesa. No entanto, muito do esforço dos chamadas africanistas tem sido derrotado pela levandade com que, quase sempre, estas literaturas são abordadas. Razões? Muitas. Entre elas, o facto de ainda sobreviverem muitos dos complexos que estiveram na origem dos libelos acusatórios aqui coligidos. Enquanto permanecerem estes atavismos — tanto do lado do antigo colonizador, como na margem contrária do ex-colonizado — a alteridade será maculada por uma perspectiva de suspeição mútua, capaz de produzir algumas das enormidades que, não raro, emergem em plena praça pública, fazendo vénia à ignorância e à estupidez.

Estas antologias são documentos indispensáveis. Não para servirem como letra morta. Muito pelo contrário. Porque estes poemas convocam uma certa memória que é preciso escutar e interrogar. Um manto de silêncio sobre ela seria condenar a nossa História comum à condição vergonhosa de tudo aquilo que estes poetas souberam pôr em causa. ■

Opinião

James Tomlins*

Inquietação na África do Sul

PÚBLICO, 2 1.95

NA AFRICA do Sul, toda a gente encara 1995 com igual proporção de esperança e medo, na sequência das eleições democráticas do último ano — as primeiras de sempre neste vasto país com 40 milhões de habitantes.

A frase que se ouve com maior frequência é: "Depois de Mandela, o quê?". O Presidente Nelson Mandela revelou-se um mediador magistral, sem traços de amargura em relação aos brancos, após 27 anos de cárcere. Hoje, muitos brancos são seus grandes apoiantes. Mas alguns temem que a era pós-Mandela possa varrer os antigos dominadores "afrikans" e anglofonos do país.

No brilhante "cartoon" satírico diário do "Johannesburg Star", "Madam and Eve", uma dona-de-casa branca chamada Madam Lewis está contra o afluxo de estrangeiros — um número estimado de dois milhões de africanos negros acorreram ao país vindos de áreas vizinhas, fugindo à fome e à guerra. "Então deve estar a pensar em voltar a Inglaterra", comenta a empregada negra de Madam Lewis.

Os observadores externos vêem os cinco milhões de brancos que vivem na África do Sul — que se calcula dividirem-se em 60 por cento de "afrikans" e 40 por cento de anglofonos — como um bloco monolítico, mas muitos dos sul-africanos anglofonos detêm passaportes britânicos, o que lhes dá uma possibilidade de futuro noutro país. Os "afrikans" clamam bem alto (vangloriam-se talvez corresponsa mais à verdade): "Não temos outro sítio para onde ir."

A partilha do poder entre brancos e negros é já uma realidade, embora afectada por problemas esporádicos. Depois das eleições do ano passado, a República da África do Sul estabeleceu relações diplomáticas com inúmeras capitais. Foi acolhida na Commonwealth, na Organização de Unidade Africana (OUA), nas Nações Unidas e na UNICEF. Espera-se que dezenas de milhões de turistas, que se mantinham afastados devido aos longos anos de "apartheid", comecem a afluír ao país.

A grande interrogação é, agora, de natureza económica e não política. O desemprego, que atinge 50 por cento nalgumas zonas, é o

principal flagelo do país, a par das carências habitacionais. O Governo pretende combater estes dois problemas com o seu ambicioso Programa de Reconstrução e Desenvolvimento, que inclui a construção de cinco milhões de fogos equipados com água e electricidade.

Mas o seu êxito depende do investimento externo. Grandes empresas asiáticas, europeias e norte-americanas, como a Ford e a Coca-Cola, que se retiraram da África do Sul racista, estão a regressar. Mandela e o segundo vice-presidente, Frederik de Klerk, têm viajado incessantemente pelo estrangeiro a fim de captar investimentos. O Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, prometeu 600 milhões de dólares, mas Mandela lamentava-se, no final de Novembro, de que, "até agora, só recebemos trocados".

Muitos dos capitães da finança e da indústria estrangeiras têm ainda dúvidas acerca da estabilidade social e política da África do Sul, adoptando uma política de "esperar para ver".

A lei e a ordem são objecto de particular preocupação. Uma amnistia quase geral veio favorecer as forças de assalto do Congresso Nacional Africano (ANC) e de Pretória. Um incidente muito divulgado é frequentemente citado para ilustrar o papel ambíguo da polícia, outrora o principal baluarte do "apartheid": em Outubro, um polícia de trânsito "afrikander" insultou, agrediu e prendeu um negro que estacionou o carro em segunda fila frente a um pronto-a-comer de Pretória.

Tal como nos tempos de "apartheid" na antiga capital do sistema, o polícia arrastou para uma esquadra o indignado cidadão, que se identificaria depois como Sydney Mufamadi, ministro da Polícia e da Segurança, e se queixaria junto da imprensa. Mufamadi foi multado no equivalente a 60 dólares por estacionamento incorrecto e a 35 por se ter recusado a fornecer o nome e morada.

O incidente revelou uma das maiores preocupações do país: quem é realmente responsável pela manutenção da lei e da ordem face a uma criminalidade crescente? Um documentário recente da BBC perguntava a agentes antimotim brancos se estavam dis-

postos a arriscar a vida para proteger Mandela e os seus ministros. Um sargento jovem e encorpado, envergando um camuflado da polícia, respondeu com ar indignado: "Estás a gozar, meu? É claro que não."

O moral é baixo nas forças policiais regulares, constituídas equitativamente por brancos e negros, apesar do grande esforço desenvolvido para introduzir iguais condições de trabalho e de remuneração. Numa esquadra central do Rand, alguns agentes negros lamentaram-se aos repórteres: "Não nos dão coletes à prova de bala. São só para brancos. O nosso salário continua a ser muito inferior. Será isto justo?"

O Exército — a antiga Força de Defesa Sul-Africana — continua a ser a força militar mais poderosa do continente. Mas por quanto tempo?

O ANC, liderado por Mandela, prometeu, durante a campanha eleitoral, que os seus guerrilheiros (do MK), que tinham combatido o "apartheid" no interior do país e no exílio, seriam integrados no novo Exército. A concretização desta medida parece ter falhado, apesar dos sérios esforços nesse sentido. Em Outubro, sete mil ex-guerrilheiros desertaram, sendo depois acalmados por Mandela, que os mandou regressar aos quartéis. Só metade obedeceu ao seu comandante supremo.

Os seus instrutores — entre os quais se incluem alguns oficiais britânicos não graduados — queixam-se de que "eles podem ser guerrilheiros, mas soldados é que não são": "Não conseguem fazer exercícios, marchar em cadência nem fazer continência como deve ser." Outro problema foi que todos os guerrilheiros queriam receber postos de oficial. Esta questão não está ainda resolvida e poderá ter repercussões preocupantes em 1995. Joe Modise, ministro da Defesa e antigo comandante dos guerrilheiros do ANC, esperava poder promover muitos dos seus homens a graduados, mas, numa reunião com uma dezena de generais, foi-lhe dito secamente: "Um coronel leva 20 anos a fazer."

Demorará assim tanto tempo a construir uma democracia sólida e próspera? ■

*correspondente

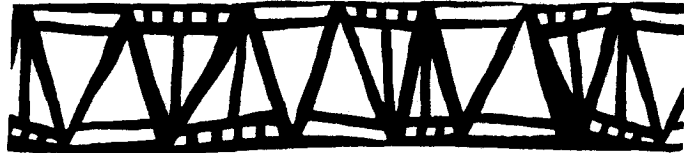
na Europa do grupo editorial The Argus
Exclusivo PÚBLICO/World Media Network

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS 26

Abolicionismo e memória das relações raciais • Industrialização e desigualdade racial no emprego e salário brasileiro • Cálculo da mobilidade social no Brasil • Uma nova cultura "viva social" no Brasil • Músicas negras • Estado e discurso da guerra: retrospectiva e futuro • O Brasil e a América por dentro • O Brasil-Estados Unidos: um diálogo que lança novas questões raciais • O Brasil e a China: a cooperação em ciência e tecnologia em perspectiva histórica • Eleições na África do Sul: uma volta de página ou não?

CONSELHO EDITORIAL: CARLOS MENEZES

ASSINE JÁ • LIGUE 531-2000 RAMAL 259



Savimbi critica Portugal

PÚBLICO, 2.1.95

O LÍDER da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, acusou Portugal de ser o maior responsável pela tragédia do povo angolano, pois que "colonizou mal, descolonizou duma maneira pior e mantém interferências permanentes nos assuntos de Angola".

Num discurso de Ano Novo transmitido pela Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), que há seis meses não dava palavras suas, a não ser em gravações antigas, disse porém que "Portugal ainda pode rectificar o seu comportamento". E, com efeito, a UNITA decidiu na semana passada retirar as suas reservas quanto a Portugal da agenda de trabalhos da Comissão Conjunta encarregada de aplicar o Protocolo de Lusaca.

Na mensagem divulgada sábado, Savimbi comprometeu-se a aceitar o que ficou assente na capital zambiana, mas manifestou-se céptico quanto ao cumprimento integral dos novos compromissos, alegando que anteriormente houve violação dos acordos de Alvor e de Bicesse.

"O MPLA não vai parar com a guerra e o primeiro militarista do lado do MPLA é o próprio Presidente da República. E ele (José Eduardo dos Santos) quem preconiza as so-

José Eduardo também se queixa

luções militares", alegou o chefe da UNITA, que se considerou humilhado por as Forças Armadas Angolanas haverem reocupado a cidade do Huambo no dia 9 de Novembro, já depois de rubricado o Protocolo de Lusaca.

Por outro lado, como já fizera o mês passado numa entrevista ao "Libération", reconheceu a existência de uma crise dentro da própria UNITA, com diferentes correntes de opinião.

Anteriormente, num discurso ao país, em vésperas do Ano Novo, o Presidente José Eduardo dos Santos condenara a "utilização abusiva do nome de Angola como pretexto para uma nova escalada num conflito institucional que só a Portugal diz respeito".

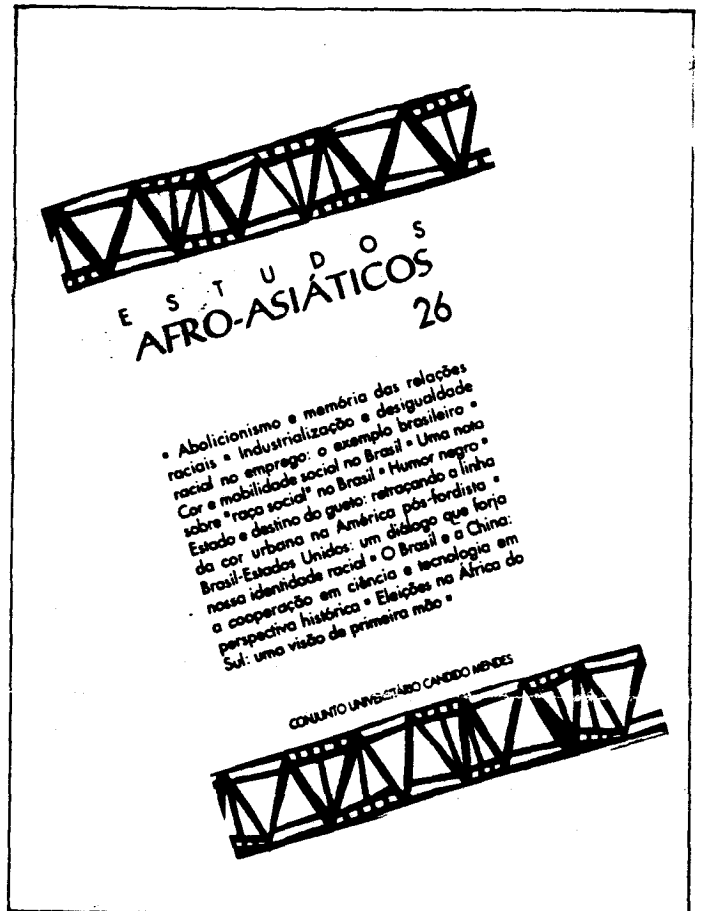
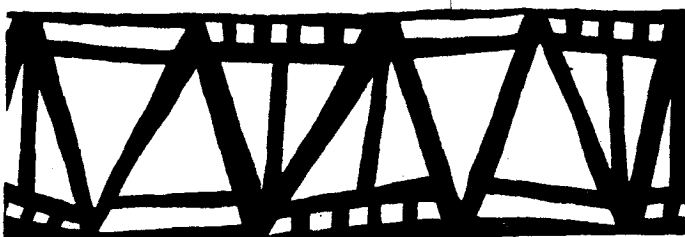
O chefe do Estado sublinhou, contudo, que Luanda tem um bom relacionamento com o Governo português, cujo "empenho, isenção e coerência" elogiou, considerando que esses atributos contribuíram para ajudar os angolanos a ultrapassar os seus diferendos pela via do diálogo.

José Eduardo dos Santos exortou depois a UNITA a cooperar com o Governo angolano, afirmando que se as diferentes forças do país não se entenderem nenhum estrangeiro poderá conseguir a paz e a reconciliação em Angola.

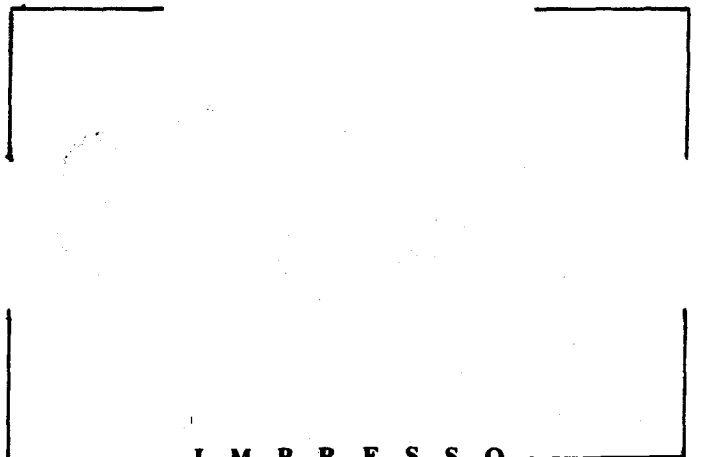
Enquanto isto, o representante do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, para a questão angolana, Alioune Blondin Beye, que inicia amanhã uma visita de três dias a Lisboa, elogiou no sábado o papel que Portugal tem desempenhado para que haja paz.

O diplomata maliano falava no fim de mais uma sessão da CC, que está a tratar do acantonamento e do desarmamento das tropas, bem como dos preparativos de um encontro entre os chefes dos Estados-Maiores das FAA e da UNITA, respectivamente generais João de Matos e Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben".

Quanto a uma desejável reunião entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, continua ainda longe, não tendo ainda havido qualquer contacto entre os dois desde as profundas divergências que se seguiram às eleições de 1992.



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): *Instituições internacionais*: US\$ 250.00; *nacionais*: US\$ 200.00; *Pesquisadores*: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.



I M P R E S S O